



**ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À CONTRATAÇÃO  
INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS  
BÁSICO/EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E  
PAVIMENTAÇÃO DO LOTE 2 DA RODOVIA BR-235/TO.**

Aos 22 dias do mês de junho de 2018, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pedro Afonso – TO, situado à Av. Getúlio Vargas, nº 400, na cidade de Pedro Afonso, no estado do Tocantins, às 15h23min, o Engenheiro Eduardo Suassuna Nóbrega, Superintendente Regional do DNIT no Estado do Tocantins, na qualidade de Presidente da Sessão, deu início à Audiência Pública para as Obras de Implantação e Pavimentação do Lote 2 da Rodovia BR-235/TO, cuja mesa foi composta pelos seguintes senhores: Eduardo Suassuna Nóbrega, Superintendente Regional do DNIT no Estado do Tocantins, neste ato presidindo a mesa, Eng.º Fernando Ribeiro da Silva Junior, Chefe Substituto do Serviço de Cadastro e Licitações do DNIT no Tocantins, Eng.º Anax Lima Braga, Chefe de Serviço da Unidade Local do DNIT em Palmas – Tocantins e Jairo Soares Mariano, Prefeito Municipal de Pedro Afonso - Tocantins. Em seguida o Presidente da Mesa explanou sobre importância do empreendimento detendo-se aos seguintes tópicos: Objetivos da audiência, Normas da Audiência, o DNIT, o empreendimento em si e a Licitação. O presidente da mesa informou que seria dado um prazo de 15 minutos para recebimento dos questionamentos pelos membros da mesa. Logo em seguida foram respondidos, a saber: **1ª pergunta:** o Senhor Janilson Castro da Silva, pergunta o motivo de não licitar primeiramente as obras do lote 01. Em resposta o Sr. Presidente da Mesa apresentou no mapa os lotes 01 e 02, informando que o lote 02 está com os projetos mais adiantados, viabilizando assim a execução do mesmo no primeiro momento, porém informou que a equipe da Superintendência Regional do Tocantins já está trabalhando nos projetos do Lote 01, para que posteriormente também seja executado. **2ª pergunta:** o Senhor Waldei Campos da Silva, pergunta o que será necessário para que toda a obra de Pedro Afonso a Alto Parnaíba possa realmente “sair do papel”. Em resposta o Sr. Presidente informou que a superintendência do Tocantins é responsável apenas pelos 150km referente aos lotes 01 e 02, e que poderá ser feito um questionamento às superintendências do Maranhão e Piauí sobre o andamento das obras sob sua responsabilidade, tendo em vista que o município de Alto Parnaíba está sob jurisdição do Estado do Piauí. **3ª pergunta:** o Senhor Lindomar Batista, da Secretaria de Agricultura pergunta em quanto tempo será o início do processo licitatório. Em resposta o Sr. Presidente da mesa informou que legalmente o DNIT só poderá publicar o edital após 15 dias úteis a contar da data desta audiência pública. **4ª pergunta:** o Senhor Moisés Azevedo de Almeida, da empresa Gramix, pergunta se os trabalhos do lote 02, passarão via Setor Aeroporto 2 ou via Posto Pedro Afonso. Em resposta o Sr. Presidente informou que a ligação será feita no entroncamento de Santa Maria, e demonstrou um mapa da situação informando exatamente onde acontecerão as interseções. **5ª pergunta:** o Senhor José Hélio P. Cauiá, da Fazenda Santa Luzia, do Município de Bom Jesus, pergunta quanto tempo leva para concluir o procedimento licitatório e início das obras. Em resposta o Sr. Presidente ressaltou que a previsão para a publicação do edital é de no máximo 02 meses e que o prazo para conclusão do procedimento é variável, não podendo assim, firmar uma data precisa para o início das obras. **6ª pergunta:** a senhora Carleide Pereira Barbosa, da Secretaria de Infraestrutura pergunta o porquê de não iniciar a obra começando de Bom Jesus para o Maranhão, pois nesse segmento já existe terraplanagem e pontes. Em resposta o Sr. Presidente informou que tal questionamento já foi respondido na pergunta 01. **7ª pergunta:** o senhor Francisco Campos Júnior, engenheiro da Empresa Construção CCPS Engª e Com. S/A, pergunta objetivamente sobre a licitação no que tange à atestação técnica operacional. O senhor alerta que a elaboração



de requisitos restritivos como a proibição de somatório para o item “extensão” de rodovia e outros de menor significância de valor e desvinculado da magnitude dos serviços do edital, afasta a competitividade do certame. Ele afirma ainda, que por sua experiência na empresa, algumas superintendências adotam as Instruções Normativas do DNIT acima da legislação licitatória atual, gerando atrasos na contratação devido às disputas administrativas e judiciais, bem como a própria inviabilidade de contratação. O senhor reafirma ainda que as exigências técnicas estejam profundamente vinculadas ao edital e instrumentos convocatórios. Em resposta o Sr. Presidente informou que a Superintendência Regional do DNIT no Tocantins utiliza edital padrão do DNIT, que está de acordo com a lei 8.666 e que a mesma será seguida para elaboração do edital e em todo o procedimento licitatório. **8ª pergunta:** o Senhor Diomar Santana de Oliveira, aposentado, realizou três perguntas: a) qual a data prevista para o início; b) onde vai subir a serra, pelo Piabanha para baixa funda ou pelo “Correntão” que foi projetado primeiro? c) como será feita a fiscalização? Por consultoria ou direto pelo DNIT? Em resposta o Sr. Presidente informou que: a) será iniciado após o término da licitação, previsto para ainda o ano de 2018; b) os técnicos do DNIT colocaram-se à disposição, após a finalização da audiência, para informar as coordenadas onde exatamente passará a rodovia mostrando no mapa virtual para quem tivesse interesse; c) empresas supervisoras serão contratadas para auxiliar os fiscais do DNIT. **9ª pergunta:** o Senhor Antônio Ferreira de Almeida Neto, da Prefeitura de Pedro Afonso pergunta em quanto tempo esses procedimentos ficarão prontos até o início das obras. Em resposta o Sr. Presidente da mesa elucidou que essa pergunta já foi respondida nas perguntas nº 03 e nº 08 a. **10ª pergunta:** o Senhor Albino Mazzola, Secretário de Agricultura pergunta sobre as questões ambientais se estão todas liberadas. Em resposta o Sr. Presidente da mesa informou que existe licença prévia, concedida anteriormente ao Dertins, que era responsável pelo trecho e que estão sendo providenciadas as novas licenças em nome do DNIT. **11ª pergunta:** a Senhora Fanny Brito, da Empresa Eletro Hidro Ltda – EHL, pergunta: a) sobre as desapropriações, se já estão sendo tratadas pelo DNIT e se será disponibilizada verba para isso; b) se a obra já tem licenciamento ambiental, caso não se já foi dada entrada no mesmo. Em resposta o Sr. Presidente da mesa comunicou que: a) por se tratar de RDCi, são contratados Projeto e Obra juntos, logo, a desapropriação faz parte do Projeto; b) a pergunta já foi respondida no questionamento nº 10. **12ª pergunta:** o Senhor Gleyson Machado Rezena, pergunta por que não fazer esse trecho de Bom Jesus do Tocantins à Ponte do Rio Negro, ou seja, divisa de Bom Jesus com Centenário, já que seria mais rápida a conclusão da obra por aproveitar alguns serviços que já estão feitos. Em resposta o Sr. Presidente da Mesa informou que a pergunta já havia sido respondida no questionamento nº 01. Concluídas as respostas aos questionamentos, o Presidente da Mesa comunicou que o material apresentado na presente Audiência será disponibilizado ao público no endereço eletrônico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Em seguida o Presidente da Mesa franqueou a palavra aos participantes que dela declinaram. O Presidente da Mesa declarou encerrada a presente Sessão. Ato contínuo, todos os representantes assinaram a lista de presença anexa. Nada mais havendo, eu, Mayara Batista Valadares, Secretária, encerro a presente Ata às 16 horas e 54 minutos.

  
Mayara Batista Valadares  
Secretária